

TERRITÓRIO, FRONTEIRAS E SOBERANIA: A NOVA FACE CORSÁRIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E AS FORÇAS ARMADAS

Maria Helena de Amorim Wesley*

RESUMO

O povoamento do Brasil se efetuou em etapas marcantes a partir da fixação no litoral, desde o Cabo de São Roque até Cananéia, em progressiva expansão dessa primitiva faixa litorânea, infiltrando-se nos vales dos rios costeiros até encontrar a barreira dos contrafortes da Serra do Mar. Essa irradiação partiu de centros iniciais localizados nas Capitânicas de Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e São Vicente, onde se desenvolvia a vida colonial. Desses pontos de dispersão da atividade colonizadora a expansão do espaço físico sempre esteve condicionada a fatores geográficos da hidrografia e da topografia

Mesmo em núcleos de brasileiros dispersos pelo mundo, os sentimentos da sua história com os valores e tradições que moldam a alma e o sentir da cultura marcam de forma indelével o caráter e a identidade de um povo na construção de um País protagonista ativo e credível na cena internacional, mas que depende, para celebrar a excelência e a magnitude da sua obra, dos que estão de farda. O caráter eminentemente nacional da Instituição Militar faz com que a História das Forças Armadas e, obviamente, da Diplomacia, sejam indissociáveis da História do Brasil desde os tempos coloniais.

A transformação profunda e acelerada em que a globalização alarga o quadro de relações entre os Estados, acentua a importância de políticas relacionadas às áreas da Segurança e Defesa e exige a adaptação e o reequipamento das Forças Militares, capacitando as valências à continuação do eficaz cumprimento das missões que lhes estão cometidas para a preservação da soberania. A vocação do Brasil se cumpre na defesa do seu território, porque pátria é cada palmo de terra que se cuida na defesa do patrimônio comum e na determinação de ser brasileiro.

Palavras chave: Território - Soberania - Forças Armadas

* Autora/Responsável do site BRASIL BRASILEIRO (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br>). Adjunto IV - Aposentada (UFAL). Texto extraído da Tese BRASIL: TRANSFORMAÇÕES INTERNAS, RELAÇÕES EXTERNAS E A DEFESA NACIONAL. Doctor Ph D./International Relations (Bircham International University).

ABSTRACT

The population of Brazil was made in milestones from the setting on the coast, from Cape St. Roque to Cananéia in gradual expansion of primitive shoreline, planting themselves in the valleys of coastal rivers to find the barrier of the foothills of the Sierra Mar. This initial irradiation came from centers located in the province of Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo and Sao Vicente, where he developed his colonial life. These points of dispersion of the colonizing activity expansion of physical space have always been conditioned to geographic factors of hydrography and topography

Even in the nuclei of Brazilians throughout the world, the feel of its history with the values and traditions that shape the soul and feel the culture indelibly marked the character and identity of the people in building a credible country and active protagonist in the international arena but that depends, to celebrate excellence and the magnitude of his work, those who are in uniform. The predominantly national character of the institution makes the Military History Armed Forces and, obviously, Diplomacy, are inseparable from the history of Brazil since colonial times

The rapid and profound transformation today extends the framework of relations between states, emphasizes the importance of policies relating to the areas of security and defense require the adaptation and the equipping military forces, enabling the continuation of effective valences carrying out tasks for which they are perpetrated . The vocation of Brazil will meet in defending their territory, because country is every inch of land that takes care of the common defense and the determination to be brazilian.

Keywords: Territory - Sovereignty - Armed Forces

A História militar do Brasil

O pesadelo de um governo mundial sem fronteiras não é uma exclusividade hodierna expressado na virulenta proposta internacionalista veiculada pelos meios de comunicação massivos¹. Encobrem fundamentos neo-colonialistas aplicados criteriosamente em países emergentes através da reforma do Estado, da austeridade monetária, da liberação das importações de bens e serviços, da âncora cambial e da liberdade de associação sindical, mais conhecido como flexibilização².

Embora motivados por movimentos passados, o caráter antinacionalista radical constitui o pilar dos adeptos da *globalização* que pregam a inexorabilidade da interdependência entre as Nações, opondo-se de forma gritante a valores e conceitos que embasam a vida dos Estados através de discursos e pregações do direito de ingerência, soberania compartilhada e esvaziamento ou anulação do papel constitucional das Forças Armadas³, configurando explicitamente o neocolonialismo.

A inclusão do Brasil nos blocos econômicos em parcerias comerciais diversas somadas às renegociações da dívida externa foram fundamentais à estabilidade e fomentação do programa de desenvolvimento econômico. Mas não há como ignorar o enfraquecimento da soberania decorrente e o encobrimento do descompromissado desenvolvimento econômico mundial cuja concorrência desigual e acirrada resulta no envilecimento do trabalho.

O povoamento do Brasil se efetuou em etapas marcantes a partir da fixação no litoral, desde o Cabo de São Roque até Cananéia, em progressiva expansão dessa primitiva faixa litorânea infiltrando-se nos vales dos rios costeiros até encontrar a barreira dos contrafortes da Serra do Mar. No Nordeste, varou os sertões da Bahia e Pernambuco até encontrar a costa leste-oeste e o movimento das Entradas e Bandeiras; seguiu os cursos dos Rios Tietê, Paraíba do Sul, Paraná, Paraguai, Madeira e Tapajós, associados às reduções jesuíticas meridionais de Cerro Tape, Guaíra e Iguazu que conduziam ao Prata. Essa irradiação que partiu de centros

¹ Sempre esteve presente nos movimentos políticos, econômicos e sociais progressos (socialismo marxista-leninista, liberalismo econômico e movimentos religiosos). Exemplos recentes podem ser observados pós Concílio do Vaticano II.

² O equilíbrio e a isenção requeridos à política externa pelo mundo globalizado certamente não regem a recente diplomacia brasileira quando conduzida por radicais ideologicamente engajados cuja mentalidade, historicamente ultrapassada, incapacita reconhecer a complexidade contemporânea onde não cabem mais antigas separações de exploradores/explorados, exportador/importadores, exportadores de *commodities*/exportadores de manufaturados.

³ A atual virtualidade econômica, de produção transnacional, opõe-se à segurança propiciada pelo tradicional modelo de produção e consumo caracterizando um mundo onde os capitais desnacionalizados, de forte inconsistência e sedutor poder sobre os Estados carentes de financiamento, os tornam presas indefesas da avalanche neoliberal causando danos irreversíveis, sobretudo se atentar-se ao resguardo proeminente da produção industrial – coibindo a abertura do mercado – feito pelos países de 1º mundo.

iniciais localizados nas Capitanias de Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e São Vicente, onde se desenvolviam a vida colonial foram pontos de dispersão da atividade colonizadora cuja expansão do espaço físico, condicionada a fatores geográficos da hidrografia e da topografia, balizou o caminho dos desbravadores e moldaram a silhueta hodierna firmada em vários tratados de limites garantidores de seu domínio efetivo, constituindo uma herança cujo patrimônio cabe defender e conservar.

Mesmo em núcleos de brasileiros dispersos pelo mundo, os sentimentos da sua história com os valores e tradições que moldam a alma e o sentir da cultura marcam de forma indelével o caráter e a identidade de um povo na construção de um País protagonista ativo e credível na cena internacional, mas que depende, para celebrar a excelência e a magnitude da sua obra, dos que estão de farda. O caráter eminentemente nacional da Instituição Militar faz com que a História das Forças Armadas e, obviamente, da Diplomacia, sejam indissociáveis da História do Brasil desde os tempos coloniais.

Fronteiras, Soberania e Defesa

Entre as formas de fronteira que vêm sendo alvo de estudos, destacam-se duas: a *jurídica*, em que a fronteira nacional é o limite legal entre jurisdições soberanas de dois Estados, e a *metafísica*, em que a fronteira nacional é a linha de defrontação entre interesses de dois Estados podendo ou não coincidir com a fronteira jurídica (Côrtes, 2006).

As históricas dúvidas e incertezas estruturais e de gestão administrativa não podem simplesmente ser atribuídas à concepção estratégica aplicada e que até o momento comprova o equilíbrio e a imbricação entre desenvolvimento e segurança no que tange ao modelo brasileiro atual de faixa de fronteira, apesar das práticas ladinas e afásicas que tentam se aproveitar da flexibilização necessária e dos critérios e disposições legais que acolham os anelos de municípios na linha de fronteira.

A proposta de políticos e empresários para a redução das faixas de fronteira pode refletir inconfessáveis comportamentos arrivistas que ferem gravemente os debates sobre a segurança nacional, revelando desconhecimento ou má fé sobre a conjuntura dos países limítrofes e da problemática regional.

A Constituição de 1988 recepcionou a Lei 6.634/79, vigendo no Brasil o conceito de faixa de fronteira, sob a perspectiva de segurança e desenvolvimento, com dimensão fixada em 150 km. É considerada área indispensável à Segurança Nacional (art. 20 da Constituição

Federal de 1988), onde é vedada, sem o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional – representado pela sua Secretaria-Executiva (SE-CDN), o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) –, a prática de atos referentes à: concessão e alienação de terras rurais, aberturas de vias internacionais, instalação de meios de comunicação, construção de pontes e campos de pouso, estabelecimento de indústrias de interesse da segurança nacional, além de restrições específicas a estrangeiros.

A faixa de fronteira brasileira abrange 588 municípios de 11 estados, total ou parcialmente, representando cerca de 27% do território nacional e faz fronteira com 10 países. Apresentam especificidades que cercam a mobilidade populacional, que em termos quantitativos podem não ser tão significativas em decorrência dos acordos comerciais se por migração entender-se somente a transferência de residência fixa. Requerem, entre outras dimensões, novos procedimentos jurídicos por força a fim de regulamentar a livre circulação de trabalhadores no contexto da livre circulação de mercadorias.

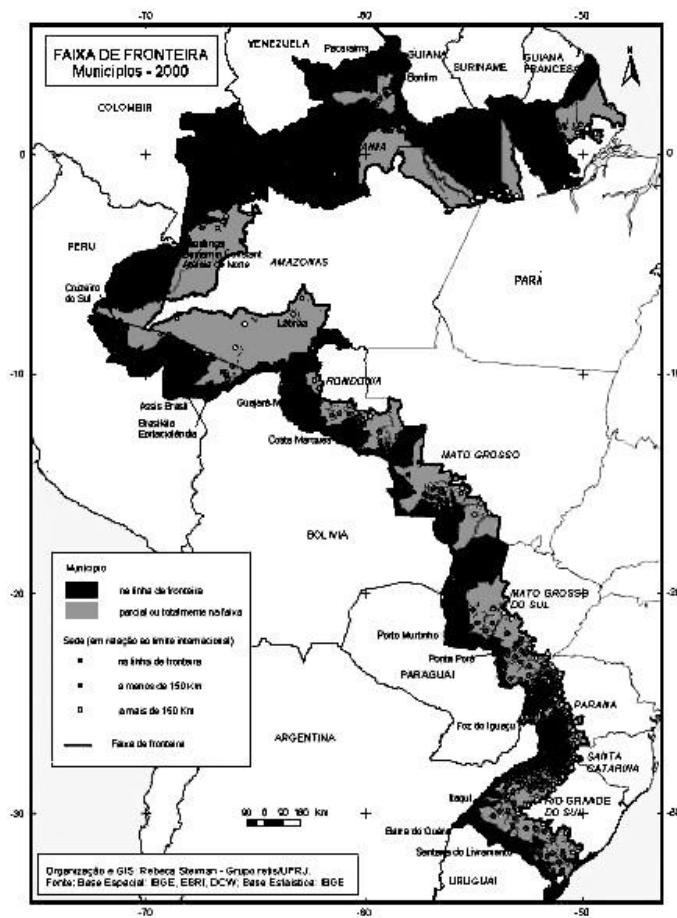
Esses movimentos se inclinam a aumentar e coincidem com situações de convivência bi-nacional ou tri-nacional (caso de Foz de Iguaçu) históricas, exacerbando a estratificação, desigualdades sociais e carências pregressas revelando um conjunto de novas necessidades e certas dimensões da vida coletiva, a exemplo da necessidade de compatibilização de políticas sociais como educação e saúde, e todo o sistema previdenciário para a salvaguarda das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores.

A União Européia, entretanto, vem dando exemplo que no cenário recente das migrações internacionais, a constituição de blocos regionais integrados e os desafios à governabilidade não sustentam os argumentos de Mármora (1997) sobre a necessidade do desenvolvimento de instrumentos legais, administrativos e de informação sobre migração e a atualização de normas e instituições “*destinadas a absorver as necessidades e urgências dos migrantes, nos seus direitos sociais, culturais, econômicos e políticos*” (Declaración de Buenos Aires, 1996) e enfraquecem a proposta de Mármora de uma *cidadania comunitária* no MERCOSUL.

A constituição de blocos regionais integrados aponta para a diversidade e aumento de deslocamentos que resultam na exasperação dos conflitos nacionais e regionais derivados das relações entre o processo de reestruturação produtiva, internacionalização da economia e formação de blocos econômicos e as tendências e características dos movimentos migratórios internacionais.

A atual busca de integração determinada pela economia e pela política global que balizam a organização do espaço social constitui o grande desafio para o país diante do território amplo e diferenciado, dificultando inovações e gerando conflitos que interferem na vida na-

cional a exemplo da insolubilidade da questão agrária responsável em grande parte pela pobreza urbana.



Mesmo com todas as transformações hodiernas a concepção de faixas de fronteiras não encontra alento para mudanças, na medida em que o Brasil não tem interesse de novas conquistas territoriais e menos ainda de envolvimento em conflitos extracontinentais, mas por ser contíguo aos territórios de eventuais inimigos em um conflito regional, constitui-se em linha avançada de defesa através da Lei 6.634/79⁴ e outras vinculadas cujo propósito é instrumentalizar o Estado Brasileiro no resguardo da soberania (Abreu, 2009).

Ao desequilíbrio regional do Estado gerado pelas migrações e analisados por Menezes Côrtes (1958) associam-se às atuais forças tecnológicas que permeiam e transmutam os conceitos de fronteiras revistos por Côrtes (2006) e embora regiões como a Amazônia e o Centro-Oeste ainda sejam consideradas como espaços de projeção do futuro pela expectativa de mobilidade e de ascensão social, os interesses internos e externos ao Estado se afiguram conflitantes diante das ações em curso de uma nova concepção espacial que desconsidera os limites físicos e se descola das concepções *fechadas* nos limites territoriais.

A adoção e a implantação de redes viárias, de telecomunicações, urbanas e hidroelétricas que fundamentam a integração hodierna espacial de novos territórios⁵ através dos programas governamentais, eivados de elementos centralizadores, apresentam-se como indutores de

⁴ A referida Lei foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, que trata da matéria no seu art.20, § 2º e através da Emenda Constitucional nº 23/1999, foram instituídas as competências do Conselho de Defesa Nacional, art. 91, § 1º, inc. III, entre as quais a de tratar dos assuntos relacionados às faixas de Fronteiras.

⁵ O Projeto Carajás, por exemplo, subtrai a jurisdição do Governo do Estado do Pará.

forte mobilização populacional favoráveis ao surgimento de um novo Estado e desconstruindo movimentos migratórios históricos.

O Brasil e as incertezas da Amazônia

A Coroa Portuguesa atraída, durante a União Ibérica, no início do século XVII, pela primorosa descrição do curso do rio de alto a baixo, das riquezas florestais, das plantas e dos produtos, das especiarias de sertão e de animais contidos na obra *Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas* (1639?) de Cristovão de Acunã (constituindo talvez a primeira manifestação em defesa da ecologia da região amazônica) impulsionou Portugal a que o então Governador do Maranhão Jácome de Noronha organizasse a expedição de Pedro Teixeira que conquistou a Amazônia⁶. Subiu o Napo com cerca de mil índios, atravessou a Cordilheira dos Andes e afugentou os espanhóis ao chegar a Quito.

Posteriormente, em detalhada carta datada de 22 de janeiro de 1752 para o Ministro dos Negócios Ultramarinos de Lisboa, Diogo de Mendonça Corte Real, o então Governador do Estado do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, fornece subsídios ao rei D. José I, de Portugal, ao Primeiro Plano de Colonização e Desenvolvimento da Amazônia (Meira, 1989).

A exploração vegetal, extrativa, não prescinde de ênfase à exploração mineral, despertada desde que Orellana encontrou a tribo dos Omaguas e ficou fascinado pelos brincos e enfeites de ouro dos índios, ou quando Jules Nicolas Crevaux desceu pelas Guianas em busca de ouro, mineral presente em todas as fases da História da Amazônia - o Eldorado - como se observou em Serra Pelada recentemente⁷.

A surpreendente capacidade de resistência da sociedade amazônica à *terraplanagem cultural* (Benchimol, 1977) sofrida ao longo da sua história e a capacidade de incorporação da cultura alienígena no sentido empregado por Freyre (1966) de ser uma sociedade aberta, fle-

⁶ Com uma nova carta de prego, secreta, recomendando que Pedro Teixeira conquistasse para a Coroa portuguesa.

⁷ O exacerbado e ostensivo interesse pela Região Amazônica desde o século XVII se acentua no século XIX se torna crescente no século posterior e começa a ter êxito no limiar do milênio hodierno com a concordância do governo da *administração compartilhada*, a ser desempenhada pela maioria das ONGs norte-americanas e européias, ferindo de forma inofismável os Princípios Constitucionais Fundamentais da Soberania e da Independência Nacionais prescritos na CF/1988, além de se infringir a Lei de Segurança Nacional (LSN - Lei n.º 7170 de 14/ 12/ 1983) que tutelam a Integridade Territorial, a Unidade e a Soberania Nacionais do Brasil contra atos que *expõem a perigo de lesão* corrompendo de forma irreversível a Integridade do Território na Amazônia e facultando às cortes de Justiça Internacionais questionamentos consistentes à plena Soberania Nacional naquela Região tornando inócuos os protestos e alertas das Forças Armadas brasileiras ao contido no Art. 30 da LSN.

xível, resulta na absorção, assimilação e integração do estrangeiro presente na influência recíproca se auto-renovando e recriando valores e técnicas sem perda da identidade.

Entretanto, apesar dessa flexibilidade garantir a preservação de uma identidade regional, há que se reconhecer que o processo de ocupação da Amazônia está historicamente marcado pela violência e por aspectos agressivos cuja contrapartida tem – por enquanto - resultado em elevado preço e fracassos aos que desrespeitaram os valores autóctones e a vocação telúrica.

Hodiernamente, considerando o avanço tecnológico se coloca a questão da resistência amazônica em desafio à lógica, à racionalidade e à homogeneização imposta dos modelos importados pré-estabelecidos. Não se pode, todavia, afirmar se a Região continuará a absorver as transformações positivas e rejeitar as negativas, assimilando a modernidade e preservando sua identidade cabocla.

A realidade histórica específica da Amazônia cuja sociedade e o território estão solidamente entrelaçados representa uma oposição material a conceitos abstratos como Estado, capital, que em sua materialização avocam delineamentos profundamente díspares. Constitui um poder manifesto concretamente nas relações sociais e nas forças políticas regionais (muitas vezes não desenvolvida plenamente) que constituem o poder territorial, obrigando as forças homogeneizadoras tecnológicas, do capital e do Governo central a realizarem articulações com a sociedade regional para agirem concretamente.

A dinâmica da regionalização responsável pela perene transformação da Amazônia caracteriza-se por duas forças: uma centralizadora externa (de cima para baixo), que impõe novos recortes à região em acorde com seus interesses, completamente abstraídos dos habitantes e das condições locais constituída da força representativa da introdução de novos valores, de novas ideologias e da produção de novas hegemonias na região (Becker, 2004).

A outra força detém a dinâmica das condições internas ou locais, no espaço vivido por seus habitantes, das aspirações concretas e das experiências históricas. Ambas produzem continuamente a reestruturação social e espacial da região, alternando-se entre alianças e conflitos.

O Brasil desde o final do milênio anterior, tanto quanto a Amazônia, apresenta-se sob o efeito das forças centralizadoras externas igualitárias através dos avanços tecnológicos que alteram de forma profunda quantitativamente e qualitativamente, os processos de ocupação espacial e apropriação territorial.

A intensidade célere ínsita dos adventos tecnológicos e a difusão de valores homogeneizados sacodem o conceito de fronteira no sentido de que a ocupação territorial ocorre sob a

disseminação de valores igualitários diversos e mais fortes aos observados na sua constituição histórica como nação, o mesmo sucedendo a nível mundial, estremecendo de forma contundente o tradicional conceito de fronteiras. Sob a óptica externa o Brasil – onde a Amazônia se destaca – passa a ser considerado pelo capital externo como fronteira econômica sob a óptica da exploração mineral, da apropriação de terra, da possibilidade de investimentos ligados à alta tecnologia e onde se efetua a expansão de grupos econômicos externos.

Na visão do Estado a baixa densidade demográfica nas regiões limítrofes com os demais países latino-americanos configura um território afeito à guerrilha, carente de controle e integração através de forte ação geopolítica. Ressurgem preocupações estratégicas, sobretudo para a Amazônia, impondo-se uma geopolítica intensa capaz de exercer vigilância e controle considerando-se o passado de guerrilhas e contrabandos e a atual ação das FARC e de narcotraficantes que tangenciam atividades terroristas. As ópticas e interesses externos que vêem a região de uma maneira totalmente diferente, somam-se à óptica endógena da sociedade local, possibilitando ações concretas para o surgimento de um novo espaço regional e ou de uma nova Amazônia que desconsidera o ecossistema regional e os recortes naturais como se constata na antiga ocupação ao longo dos rios.

Some-se ainda o fato de que uma das nascentes do Rio Amazonas se localizar no córrego *Carhuasanta* (ou ainda *Quebrada Carhuasanta*), localizado na região peruana de Apurímac, alimentado pelo derretimento de neve do monte Nevado Mismi e é um dos nomes dados ao Rio Amazonas em sua saída do Peru antes de chegar ao Brasil (http://pt.wikipedia.org/wiki/Quebrada_Carhuasanta). Tal fato obriga a ficar atento à tradicional colocação de *quem comanda a foz, comanda o curso*, assertiva esta que pode ser contestada, considerando-se a possibilidade de o Peru instalar hidroelétricas em seu território a fim de prover as suas necessidades energéticas⁸.

Atualmente o surgimento das cidades ocorre distanciado dos rios, ligadas às redes viárias, de telecomunicações, das hidroelétricas criando novos territórios e áreas via programas governamentais⁹

As divergências nas relações internacionais sobre as fronteiras marítimas sanadas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar através do Direito Internacional Público, foram utilizados de maneira eficaz pelo Estado brasileiro para expansão e consolidação

⁸ Da mesma forma que o Brasil vem fazendo na Bacia do Rio São Francisco e em diversos rios da Amazônia Brasileira.

⁹ Áreas de GETAT e do GEBAM, das áreas do Pólo - Amazônia (colonização oficial), do Grande Carajás, que ocupa uma parte extensa do Estado do Pará, subtraindo do Governo Estadual, uma área imensa da sua jurisdição.

dos limites da *Amazônia Azul*, que assim como a *Amazônia Verde*, apresenta vulnerabilidades estratégicas devido ao extenso litoral e ao mar patrimonial.

Caracterizada pelo alto potencial econômico de suas reservas de petróleo e gás, consideradas estratégicas para o crescimento do País, impõe-se de exploração petrolíferas, coibir a prática da pesca predatória e prevenir a poluição hídrica assegurando assim os interesses marítimos nacionais.

A atual velocidade tecnológica impõe a busca de recursos para além da manutenção e deve permear o programa de reaparelhamento da Força Naval face a urgência do patrulhamento permanente das águas jurisdicionais brasileiras a fim de proteger a plataforma. Torna-se imprescindível a substituição e aquisição dos meios operativos, como navios-patrolha, que permitam à Marinha cumprir suas atribuições legais no que se refere à soberania, à preservação da integridade territorial, bem como garantir as atividades econômicas desempenhadas nas águas jurisdicionais (Araujo Jorge, 2008).

Levando em conta a concentração de plataformas petrolíferas a distribuição de embarcações deve priorizar as áreas de Comando do Primeiro Distrito Naval e do Segundo Distrito Naval, da foz dos rios Amazonas e Pará pelo alto valor estratégico (acessos para a Região Amazônica) bem como, pela proximidade com Caiena (Guiana Francesa), provável porto de partida de pesqueiros franceses que freqüentemente adentram as águas brasileiras (ENGEARGA, 2009).

A localização estratégica em relação às novas reservas de petróleo do País, na chamada região do pré-sal, deve prever condições na Cidade de Santos – São Paulo, a fim de que os navios-patrolha, destinados à garantia das atividades econômicas desenvolvidas naquela região, fiquem lá sediados, eliminando assim o fator tempo-distância, nos deslocamentos Rio de Janeiro – Santos.

Para o alcance desses objetivos, o número desejável de navios-patrolha a serem construídos deveria ser de pelo menos 50 unidades para atender à demanda imposta pela vastidão do litoral brasileiro, número esse, que poderá ser majorado, caso o pleito de extensão da Plataforma Continental seja atendido em sua totalidade (Araujo Jorge, 2008).

Partindo do fato histórico da ausência do governo e do vazio de poder que caracterizam a Amazônia Brasileira se pode inferir que a irresponsabilidade governamental favorece o estabelecimento de ONGs estrangeiras e incursões terroristas em face da fragilidade e porosidade das fronteiras (Wesley, 2010).

O Arco Sul – terminologia do Ministério da Integração Nacional –, sob a óptica militar requer muito mais preocupação da Defesa que o Arco Norte, uma vez que a fisiografia daque-

le é muito mais permeável e facilitadora de ações operacionais de combate. Como preconiza a doutrina das operações na selva, o terreno da região amazônica limita e canaliza os movimentos de eventual agressor aos eixos fluviais e aos escassos eixos terrestres, o que facilita, naturalmente, a defesa territorial *lato sensu* e dificulta uma eventual incursão inimiga de valor (Abreu, 2010).

Não se questiona o vigor empregado para o exercício da soberania brasileira sobre a Amazônia. É indiscutível e lúdico ao Brasil subjugar o interesse internacional aos seus intentos e domínio. Qualquer país que a encerrasse em seu território certamente o faria.

O questionamento é sobre como essa soberania vem sendo definida diante do sinistro comportamento do *colonizador brasileiro*, em geral pautado na destruição, escudando-se no argumento de que o desmatamento representa somente 20% do espaço amazônico, sem conseguir ter uma idéia real do que estas últimas quatro décadas representaram a partir de um ponto de partida em 1970, ano da Transamazônica, quando o desmatamento estava bem abaixo de 1% , e ainda, que foi assim no passado e só porque foi assim as grandes nações de hoje se desenvolveram.

Procurando impedir a internacionalização se busca ocupar o espaço da natureza pelo homem sem planejamento, sem estudos capazes de atrair os que melhor a conhecem e podem dominá-la através do conhecimento acima das ações sociais e de arranjos políticos. Há que se reconhecer que a causa principal do desmatamento na Amazônia não pode ser imputada somente às multinacionais ou às ONGs, mas também à grilagem de terras, à extração e compra de madeiras feitas por brasileiros - com absoluta indiferença sobre a origem - geralmente acobertando o desejo de desmatamento para dar lugar aos pastos ou às extensas plantações de monoculturas, como da soja.

A participação nordestina como mão-de-obra não qualificada na Amazônia permanece. O garimpeiro, o peão, o rendista, o posseiro pobre. O camponês pouco favorecido chamado *paranaense* geralmente é o nordestino migrando pela 5ª ou 6ª vez do Nordeste para o Sul onde se estabeleceu como colono, meeiro ou parceiro nas plantações do Paraná. Com a modernização da agricultura deslocou-se em direção a Mato Grosso e Rondônia.

Também do Nordeste, originam-se muitos funcionários dos Governos Estaduais e locais. Do Rio Grande do Sul emigram agricultores mais capitalizados e do Centro-Sul fazem a sua parte também na produção do espaço, na produção intelectual das novas representações sobre a Amazônia.

A alta apropriação de terra não corresponde à quantidade de terra apropriada no que tange ao povoamento. A massa da população se refere à migração instigada de força de traba-

lho com alta mobilidade e cuja estrutura ocupacional vem sendo alterada pelos avanços tecnológicos.

Para a maioria dos imigrantes da Amazônia caso ocorra o acesso a terra em geral a expropriação obriga ao deslocamento em busca de novas áreas¹⁰ e atividades para sobreviver, causando forte impacto com o esvaziamento tradicional dos papéis na estrutura doméstica e baseando muito da crescente violência urbana e rural (Wesley, 1995).

Nas considerações finais às colocações feitas, enfatizamos a *irreversibilidade da integração dos diversos segmentos indígenas* – que será feita por nós ou por outros – como um dos pontos nevrálgicos do Plano Nacional de Defesa no que concerne à Amazônia Brasileira e onde a END a ser desempenhada pelas Forças Armadas não pode ser improvisada nem pode se pautar no desconhecimento dos brasileiros sobre a realidade da Região (Wesley, 2010).

O desconhecimento gerado em grande parte por relatos televisivos superficiais - quase sempre falsos ou ilusórios - gera uma percepção deformada da necessidade de Defesa endossando uma regressão do pensamento estratégico amplo, global e social de Castelo Branco que aponta como prioridades para a Amazônia a urgência na recuperação orçamentária das Forças Armadas necessária para melhor desempenho de uma *Estratégia de Presença* pautada na *Capacidade Logística* graças ao setor de sensoriamento remoto através de GPS (Global Positioning System e VANTS (Veículos Aéreos Não Tripulados)¹¹, conformando uma Estratégia de Defesa onde a *conscientização civil* - de que Defesa não se restringe a militares - e a *revisão orçamentária* sejam pontos basilares.

Desacertos diplomáticos

Os acordos internacionais assinados sem ressalvas por diplomatas brasileiros, já afetaram profundamente a soberania e a independência, considerando-se que ao firmá-los, o Governo transferiu grande parte do poder de decisão do Estado para entes estrangeiros multilaterais¹², sob o domínio dos grandes Centros.

¹⁰ O *encolhimento*, a *desterritorialização* e o esvaziamento de valores culturais em confronto com a sociedade e a cultura pré-existente local, também açoitada pelas transformações hodiernas, certamente contribuem para a instabilidade e insegurança que ora se apresentam na Amazônia Brasileira.

¹¹ Monitoramento de florestas e regiões, levantamento de áreas rurais de aspectos agropecuários (cobertura ou uso de solo, avaliação de colheitas e número de animais), medições de ar e níveis de poluição (dispersão em centros urbanos e industriais), inspeção de grandes estruturas (oleodutos, gasodutos e linhas de transmissão), levantamento de ocupação urbana, e prospecção topográfica, mineral e arqueológica.

¹² OMC, FMI, Banco Mundial.

O MERCOSUL, composto por três nações hispânicas historicamente conflitantes com poder de interferência na autonomia brasileira e nas decisões macroeconômicas através da votação majoritária no Conselho do Mercado, anulou de forma irresponsável e irreversível, o poder de decisão sobre as conveniências nacionais e ferindo seriamente a Independência e a Soberania (Frota, 1993).

Embora sempre exista uma aparente desarmonia nas atividades diplomáticas resultantes da amarração entre pragmatismo e princípios – intermediados por interesses geopolíticos e comerciais -, a dissonância da atual política externa brasileira¹³ é deveras preocupante se considerados apenas os últimos acontecimentos, a ressaltar a dubiedade do apego à defesa da democracia no caso de Honduras¹⁴ e o apoio à Mahmoud Ahmadinejad e Ali Khamenei no Irã, além da omissão no Conselho de Direitos Humanos sobre a *limpeza étnica* efetuada pelo governo sudanês¹⁵.

Esses exemplos contribuíram para o decréscimo do coeficiente de interesses e de influência da diplomacia brasileira, levando-se em conta que a manutenção da paz e da estabilidade democrática na região é de interesse direto e imediato¹⁶, tornando injustificáveis os atos acima, agravados pelo endosso contínuo à política da violência iraniana apoiando a eleição fraudulenta e posteriormente engessando o Conselho de Segurança sobre as sanções impostas ao Irã em desacordo com o estabelecido no TNP - que o governo brasileiro **aderiu**, mesmo com críticas internas - onde, valendo-se sempre de uma retórica voluntarista, fere a credibilidade diplomática nacional¹⁷.

¹³ A prática nefasta no Brasil da Diplomacia Presidencial hodierna acarreta aspectos negativos ante o afastamento do papel tradicional do Chefe de Estado como *Comandante-em-Chefe* das Forças Armadas, com a sua tarefa de *Autoridade Suprema*, na formulação e na execução da Política Externa sem a distinção da prerrogativa constitucional atribuída ao Chefe de Estado no exercício prático das funções de comando e condução, que são próprias e exclusivas das forças militares e do serviço diplomático profissional (Côrtes, 2006).

¹⁴ O Brasil se torna protagonista do conflito que consiste em insuflar a guerra civil num país, tomando uma decisão de notável irresponsabilidade: “*É inaceitável para o Governo da República a conduta de tolerância da embaixada brasileira, ao permitir que se formulem chamados públicos à insurreição e à mobilização política por parte do senhor José Manuel Zelaya Rosales, fugitivo da Justiça hondurenha*”, assinala uma nota do governo Micheletti dirigida à embaixada brasileira, divulgada pela chancelaria hondurenha e acrescenta: “*Tal ingerência nos assuntos privados dos hondurenhos é condenável e por tal motivo se protesta de maneira enérgica. [...] constitui uma flagrante violação do direito internacional*”. (<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,honduras-fecha-todos-os-aeroportos-apos-volta-de-zelaya,438779,0.htm>). Acessado em 21 de setembro de 2009.

¹⁵ O ditador genocida do Sudão Omar al Bashir (cuja prisão foi decretada pelo Tribunal Penal Internacional) afirmou “*Conto com o apoio do presidente Lula*”, no encontro de cúpula da União Africana ocorrido na Líbia, do qual Lula foi convidado de honra.

¹⁶ A Carta Democrática da OEA permite pressão incisiva da comunidade regional na hipótese de ruptura de regime parece estar sendo desconsiderada pelo Itamaraty no caso cubano.

¹⁷ Contando com cerca de 3.000 centrífugas para enriquecimento de urânio a 80% (Globo News Painel – 25/05/2010).

A nova face corsária: não é imaginação dos militares

Agindo sob licença e financiamento governamental os *corsários* infestaram os mares destacadamente nos séculos XV e XVIII visando o prejuízo econômico das nações consideradas inimigas através de ataques, roubos e saques de cargas – com predileção por metais preciosos - e comércio ilegal de mercadorias¹⁸.

À *priori* as Organizações Não Governamentais são conceituadas como entidades de direito civil, sem fins lucrativos *nem vínculos com governos*, sindicatos ou partidos políticos. Atuam em vários ramos de atividade – projetos sociais, promoção da cidadania, defesa do meio ambiente e os direitos das minorias além de campanhas contra a discriminação.

Presentes desde a década de 20, nos anos 60 passaram a lutar pelos direitos específicos da população. Sua relevância no cenário internacional cresceu nos anos 80 graças ao estabelecimento de *parcerias com governos* e organismos internacionais para a elaboração de políticas públicas. Sobrevivem graças às doações e ao trabalho voluntário de militantes e simpatizantes. Costumam efetuar campanhas de arrecadação e, em alguns casos, cobram pela prestação de serviços como forma de obter receita. Podem também receber ajuda e recursos de empresas, entidades privadas, *governos* e *organismos internacionais*. Nos países em desenvolvimento, multiplicam-se organizações financiadas por suas parceiras com nações industrializadas.

De maneira semelhante, as Missões e ONGs legais recebem permissão de *seus governos de origem* como ocorriam com a *Carta de Corso*, documentos emitidos pelos *governos* dos países pelos quais seus donos eram autorizados a atacar navios e povoados de nações inimigas. Desta forma convertiam os proprietários das cartas em membros das marinhas daqueles países. Foram muito utilizadas na Idade Média e na Idade Moderna, quando os países não tinham condições de manter marinhas próprias, ou suficientemente grandes.

Utilizadas por todas as grandes nações marítimas de então, principalmente pela França e Inglaterra. Também pela Espanha, mas em menor grau e mais tardiamente. Os textos das cartas normalmente autorizavam o seus agentes a ultrapassarem as fronteiras (*marcos* dos

¹⁸ A precariedade da colonização do litoral brasileiro no século XVI favoreceu a prática corsária da exploração do pau-brasil então disseminado na Mata Atlântica pressionando Portugal a criação das Capitânicas Hereditárias o que não impediu tal prática até o século XIX com o Tratado de Paris (1856) estando, pois presente durante todo o período Colonial chegando a conquistar e dominar regiões estratégicas como se constata com a França Antártica (Rio de Janeiro), França Equinocial (São Luis do Maranhão), e o domínio holandês (ocupação de Recife e parte de Pernambuco, Paraíba e Alagoas).

países), e ali buscar, tomar ou destruir barcos e frotas inimigas. Foram abolidas pela *Declaração de Paris*, na França em 1856, em um anexo ao tratado que encerrou a Guerra da Criméia. Os Estados Unidos foram um dos países que não ratificaram esta declaração.

A Carta de Corso firmava para os *proprietários* a utilização dos portos dos países que outorgavam a carta o que facultava o acesso a mantimentos de forma igual ou similar à dos navios regulares da marinha do país em questão; liberdade de mostrar a carta ao exército inimigo, em caso de captura, podendo solicitar tratamento igual ao de prisioneiro de guerra, em vez de pirata, evitando assim a pena normal de enforcamento; ter a patente de corsário e sentir-se membro da marinha; mostrar a carta para poder recrutar a tripulação. Para o país outorgante garantir o controle do dono da carta Luís XIV e outros monarcas franceses exigiam fianças dos donos de navios. Dispunham de uma marinha sem necessidade de investimento na construção de barcos, recrutamento da tripulação, armamento etc., além do direito a parte dos lucros obtidos no corso. Podiam, assim, alegar que as ações realizadas contra países com quem não estavam em guerra, mas queriam punir, eram obra de piratas, alheios à sua vontade (Wikipedia, 2010).

O descontrole sobre essas entidades no sentido de verificar suas atividades leva a ataques generalizados – alguns ensandecidos – a todas as ONGs, mesmo as que desenvolvem projetos científicos em parceria com universidades ou institutos de pesquisas.

As Missões Religiosas estrangeiras associadas às ONGs certamente guardam semelhança com as atividades corsárias - prática que se estendeu até o século XIX - e podem guardar a existência de interesses particulares ocultos como fator de enfraquecimento da soberania e segurança nacionais.

Entretanto não se pode imputar somente à nova face corsária pelas mazelas que tangem a soberania e a defesa nacional. A entrega das instalações da Petrobrás à Bolívia; a provável entrega de Itaipu aos paraguaios; o estabelecimento de Reservas Indígenas contínuas em faixas de fronteira mostram a incoerência em retalhar o território e sutilmente incriminar *somente* os EUA pela ocupação dos vácuos dos desgovernos pós-militares e a negligência dos governos ao desprezarem os alertas da presença não só de norte-americanos, mas também de ingleses, franceses, canadenses, alemães e outras nacionalidades que de forma *legal* – sob o manto das Missões e ONGs - se fixam em áreas da maior reserva de madeira e metais do planeta (Santos, 1981) o que leva a concluir que o maior e real problema da Amazônia é a ausência do Estado¹⁹.

¹⁹ Afinal, índio não dá voto e a História mostra que são fáceis de descartar. Diante desse cenário se pode concluir que os imperativos da Estratégia Nacional de Defesa (END), independente das restrições ao desenvolvimento

As missões de Paz

Apesar das limitações político-econômicas, o Brasil alinhou-se à política internacional multilateral estabelecida pela ONU através das diversas missões de paz, a saber, em Suez (1957-67), em Moçambique (1994) e atualmente no Haiti²⁰, conforme o estabelecido na Constituição Federal Brasileira (promulgada em 5 de outubro de 1988) cujo art. 4 contém os princípios fundamentais que regem a ação política internacional do país como segue:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não -intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo.

§ único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Procurando ser pragmático, o Brasil tem pautado sua participação em operações de não-guerra e sob o patrocínio das Nações Unidas em países lusófonos (Brigagão e Proença, 2002), seguindo sempre o que reza a Carta das Nações Unidas no que concerne à intervenção na soberania de um Estado em conflito (estabelecido pela pré-disposição, ou não, das partes envolvidas) o que caracterizará a natureza da operação (imposição, manutenção ou construção da paz), embora o Brasil sempre busque contemplar a decisão das partes envolvidas e incline-se para missões de *manutenção da paz* em detrimento das de *imposição de paz* a exemplo das operações em Moçambique (1994, disputa pelo poder entre a Frente de Libertação de

regional não pode prescindir de regras especiais que subsidiem os planejamentos do atual Ministério de Defesa que permitam ao Estado Brasileiro manter a sua soberania em todos os cantos do seu território.

²⁰ Nos territórios do Haiti, pode se constatar a competência profissional demonstrados no cumprimento das missões e os elevados padrões de desempenho evidenciados, sendo alvo de referências por parte das altas autoridades políticas e militares estrangeiras. Também o exemplar relacionamento e apreço com que os militares são tidos junto das populações menos aquinhoadas.

Moçambique/FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana/RENAMO), e Angola (1995 com o Movimento para a Libertação de Angola/MPLA e a União Nacional para a Independência Total de Angola/UNITA) onde a existência de partidos definidos e reconhecidos internacionalmente favorece decisões de comum acordo, representativas da soberania de seus povos e caracterizam as missões de manutenção da paz estipulada na Carta das Nações Unidas.

Diante da impossibilidade de desenvolver trabalho mais amplo, com levantamentos de dados sobre a participação brasileira no Haiti a partir de 2004, não se pode deixar de assinalar que a referida missão pode em alguns momentos caracterizar uma ocupação estrangeira, cuja manutenção acarreta gastos de cerca de 130 milhões anuais. Nada a censurar, não fossem os cortes de verbas no Brasil na educação, provocando a fuga de profissionais qualificados das universidades; na saúde, causando parte do recrudescimento de epidemias; e nas infra-estruturas, além de poucos investimentos na área de segurança e defesa.

No que tange aos atos terroristas, a imprevisibilidade e a destruição de que se revestem mostra o objetivo ínsito de subjugar o oponente, sem a parafernália dos armamentos pesados ou da força que caracterizavam anteriormente os jogos de poder, atingindo seriamente a credibilidade de organismos internacionais como a ONU e os Centros de Poder Mundial.²¹

Essa realidade não é imaginação dos militares.

Forças Armadas

O envolvimento das Forças Armadas no processo de integração no espaço internacional, o árduo caminho na luta pela consolidação das fronteiras concebe as Forças Armadas como uma Instituição basilar para o País cujos objetivos permanentes e vitais do Estado, repousam na principal missão da defesa da integridade do território nacional, da segurança das populações e das atividades regulares relativas às funções de soberania²².

²¹O descontrole do crescimento de eventos terrorizantes, das redes telecomunicativas e o aumento de conflitos armados nas últimas décadas talvez resultem da imposição da desnacionalização econômica que ignora e despreza as diversidades socioculturais. A orquestração globalizatória ao se restringir ao elemento econômico e em mãos de governos ineptos ou ambíguos favorece e fortalece o esgarçamento não somente do setor produtivo de cada país, mas também de seu território, de suas forças armadas, de sua diplomacia, e de sua sociedade.

²² Esta autora reserva sempre a autonomia profissional, dispensando posições político-partidárias ou exclusivamente militares, não adotando a difundida concepção do senso comum de *sociedade civil* que pressupõe a existência de uma *sociedade militar*.

O desempenho das missões das Forças Armadas modelam-nas como Instituições fundamentais do Estado, estruturante da identidade nacional. O caráter indissociável da Nação e a sua imprescindibilidade justificam um amplo consenso nacional que merecem as questões relativas às Forças Armadas como forma de garantir a necessária coesão interna e a indispensável ligação das Forças Armadas à Nação, fator determinante para o eficaz cumprimento das suas missões, quer no território nacional, quer além-fronteiras. Entretanto o contributo das Forças Armadas para o desenvolvimento da sociedade, através da realização de tarefas essenciais para o bem-estar das populações nem sempre é reconhecido e divulgado.

Para além das missões de soberania e de outras missões de interesse público ao serviço dos cidadãos, do aprestamento e treino de forças e unidades para serem empenhadas em missões externas e de cooperação, desenvolvem, também, atividades nos domínios do ensino, da investigação e do desenvolvimento científico, cultural e económico, através de centros de excelência com créditos firmados.

No plano externo e no âmbito das Organizações Internacionais e Alianças em que o Brasil se integra, as Forças Armadas têm participado de forma ativa no esforço partilhado de trazer a paz, a segurança e a estabilidade a várias regiões do Mundo. Tratam-se de ações relevantes no apoio à política externa, que buscam contribuir para a preservação da paz que reforçam o prestígio do País na cena internacional.

O mais valioso ativo da Instituição Militar sempre foram os seus recursos humanos e a prioridade que reveste o apuramento da sua formação num quadro de valores constituído e consolidado dotam as Forças Armadas de homens e mulheres bem preparados e motivados, irmanados por um sentimento de unidade nacional forte e esclarecido.

A importância da missão das Forças Armadas e as particulares exigências no seu cumprimento determinam a especificidade da profissão militar, que encontra uma das suas marcas mais relevantes na hierarquia e na disciplina, valores que os militares assumem e cultivam no modo próprio e diferente como exercem os seus direitos. A condição militar, com toda a sua especificidade, é a essência da profissão das Armas e são fundamentais ao interesse nacional.

O significado de que se reveste a ação das Forças Armadas e disso dar público conhecimento à Nação, contribuiria para um pleno entendimento da sua finalidade, em prol do objetivo último do Estado em garantir a segurança e o bem-estar dos seus cidadãos. Esse objetivo pressupõe um complexo e integrado processo que assegure as condições favoráveis ao desenvolvimento económico, social e cultural do País, o qual só terá sucesso se sustentado na solidez dos pilares básicos do Estado democrático, como a Segurança e Defesa evidenciando as

Forças Armadas como elemento fundamental da soberania nacional e um instrumento essencial da componente externa da Política de Defesa.

O reconhecimento do papel que as Forças Armadas têm desempenhado na preservação dos valores nacionais e da identidade como Nação contribui para a preservação da coesão, credibilidade e eficácia na defesa do seu território.

A transformação profunda e acelerada em que a globalização alarga o quadro de relações entre os Estados, acentua a importância de políticas relacionadas às áreas da Segurança e Defesa e exige a adaptação e o reequipamento das Forças Militares, capacitando as valências à continuação do eficaz cumprimento das missões que lhes estão cometidas para a preservação da soberania. A vocação do Brasil se cumpre na defesa do seu território, porque pátria é cada palmo de terra que se cuida na defesa do patrimônio comum e na determinação de ser brasileiro.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAÚJO JORGE, Julio Saboya de. **Segurança Marítima e Autoridade Marítima: Demandas da Sociedade e Atribuições da Marinha do Brasil**. Apresentação feita aos Cursos de Altos Estudos Militares/2008. EGN, Rio de Janeiro. Acesso 29 de Fev. de 2008.

BECKER, Berta Koiffmann. **Amazônia. Geopolítica na virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamound, 2004.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. Manaus: Editora Umberto Calderaro (Coleção Amazoniana-1), 1977.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional – Col. Brasileira. 1938.

_____, **As violações *invisíveis* das fronteiras: proposta inovadora para a tipologia das fronteiras.** Rio de Janeiro: Revista Idéias em Destaque, n° 20, jan./abr. 2006.

CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil.** Lisboa: Portugalí-
lia, 1965. 2 vols.

FROTA, Ivan - Rev. Aeronáutica - mar/abr. - 1993 (não-textuais).

GEORGE, Susan. **Três anos para completar a globalização.** Le Monde Diplomatique -
out./99

MÁRMORA, Lelio. **Las Políticas de Migraciones Internacionales.** Madrid-Buenos Aires:
OIM, Alianza Editorial, 1997.

MEIRA, Silvio. **Fronteiras Setentrionais: três séculos de luta no Amapá.** Belo Horizonte:
Itatiaia/São Paulo: EdUSP, 1989.

MENEZES CÔRTEZ, Geraldo de. **Migração e colonização no Brasil.** Rio de Janeiro: Livra-
ria José Olympio Editora (Coleção Documentos Brasileiros), 1958.

MÉTRAUX, Alfred. **Migrations Historiques des Tupi-Guarani,** *Journal de la Société des*
Américanistes de Paris, 19: p. 1-45, 1927.

REIS, Arthur César Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, 2 vols. (Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993). Volume 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa; Volume 2: A fronteira com as colônias espanholas.

FREYRE, Gilberto. **Temps, loisir et art: réflexions d'un latino-américain devant les progrès de l'automatisme**. Paris: Diogene. n. 54, p. 116-129, avr./juin. 1966.

PATARRA, Neide & BAENINGER, Rosana. **Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica- Brasil no MERCOSUL**. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP. Caxambu – MG - Brasil, de 18 a 20 de setembro de 2004.

SANTOS, Breno Augusto dos. **Amazônia: potencial e perspectivas de desenvolvimento**. São Paulo: EDUSP, 1981.

WESLEY, Maria Helena de Amorim. **Breves reflexões sobre o impacto das transformações contemporâneas na família brasileira**. Trabalho Especial: Escola Superior de Guerra, 1995.

_____. **Brasil: transformações internas, relações externas e a Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora PUBLIT, 2010.

FONTES VIRTUAIS

ABREU, Gustavo de Souza. **Faixa de fronteira do Brasil: o aparente conflito entre segurança e desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/portallee/arquivos/faixafronteirabrasil.pdf>. Acesso em: 19 set. 2009.

CARTA DE CORSO. http://pt.wikipedia.org/wiki/Carta_de_corso (acessado em 02/04/2010)

ENGEARGA. **Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélites** (PREPS) Acesso em: 20 de dezembro de 2009. http://www.engearga.com.br/v2/downloads/Programa_Nacional_de_Rastreamento_d_e_Embarcacoes_Pesqueiras.pdf.